

CUIDADOS NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA: IMPLICAÇÕES NO DESENVOLVIMENTO DE MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE

FALCADE-PEREIRA, Ires Aparecida.
SEED, NEAS, NEPS
iresfalcade@hotmail.com

ASINELLI-LUZ, Araci.
UFPR, NEAS, NEPS
asinelli@ufpr.br

RESUMO

O presente estudo é um recorte da dissertação de mestrado *Ética do cuidado x ética da justiça: o olhar de estudantes privadas de liberdade*, conforme fundamentos de Carol Gilligan. Nesta abordagem, de cunho qualitativo e exploratório, os dados da pesquisa de campo tem como foco os impactos do cuidado recebidos na infância e seus reflexos na vida e o conseqüente abandono da escola das mulheres em privação de liberdade frente ao seu desenvolvimento humano e reinserção social a partir da prisão. Este estudo de caso teve como sujeitos de pesquisa dez mulheres que frequentaram a escola do Sistema Penitenciário na unidade junto ao Complexo Médico Penal – Pinhais – Paraná - Brasil. A metodologia de coleta de dados, envolveu entrevista, grupo focal e narrativa. Como instrumentos foram utilizados, um questionário semiestruturado, um roteiro temático para o grupo focal e a carta como estilo literário para a narrativa. A análise dos dados seguiu a técnica de Análise de Conteúdo na especificidade de Análise Clínica e Núcleos de Significação de Aguiar e Ozella. A partir de indicadores que emergiram do *corpus* da pesquisa, foi possível identificar quatro Núcleos de Significação e sua estreita ligação com os quatro componentes interligados que dão suporte à Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, enquanto exemplar para ilustrar a complexidade que envolve a vida das mulheres encarceradas. Esta comunicação enfatiza o núcleo identificado que concerne a escola enquanto microsistema onde são possíveis relações de cuidado importante na trajetória de suas vidas. Os encaminhamentos metodológicos seguem os pressupostos éticos aprovados pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Setor de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Paraná. Os resultados desta pesquisa se

evidenciam pela necessidade de contemplar como direito humano políticas públicas de apoio e suporte social às famílias, crianças e adolescentes em situação de pobreza e exclusão no que concerne aos cuidados básicos aplicados a esta população, ao mesmo tempo em que comprova a vulnerabilidade de gênero no cotidiano social e na prisão. Desta forma, a educação é apontada como um caminho imprescindível para respeitar a dignidade das mulheres privadas de liberdade, como mecanismo de reelaborar sua conduta frente aos cuidados com seus pares.

Palavras-chave: infância, mulheres privadas de liberdade, desenvolvimento humano, ética do cuidado, vulnerabilidade.

1- Introdução

Este estudo é um recorte da Dissertação de Mestrado apresentada ao setor de Educação da Universidade Federal do Paraná e contempla neste recorte as percepções das mulheres estudantes do Sistema Penitenciário sobre o cuidado em sua infância e adolescência e os impactos em suas vidas. Assim, abordaremos parte da pesquisa do Núcleo I referente as implicações da pessoa, onde se refere ao cuidado como referência de vida e afeto desempenhados pela família e escola em sua infância e adolescência.

Neste estudo, buscamos compreender e investigar qual a representação que as mulheres em privação de liberdade têm das questões de cuidado como habilidades humanas e ao analisarmos as respostas e conceitos elaborados por elas, percebemos que sua visão de cuidado é boa, apesar das carências e dificuldades enfrentadas em suas vidas. Este núcleo tem como elemento constituinte as questões que se referem aos cuidados relacionados à pessoa em contextos da família, escola, cárcere e sociedade, porém estaremos focando no cuidado da infância e adolescência.

2- Sentimentos e percepções acerca da infância

Neste item, são relatados os cuidados recebidos durante a tenra idade de desenvolvimento, assim sendo, aparecem aqui suas vivências de cuidados, mas também de maus tratos, abusos e abandonos realizados por seus pais e

mães e/ou pelos adultos cuidadores/as. Spitz (1991, p. 75), ao afirmar que [...] a atitude emocional da mãe, seus afetos, servirão para orientar os afetos do bebê e conferir a qualidade de vida [...], ressalta que a qualidade das relações da díade criança/adulto é que formará a base emocional das relações de toda a vida da pessoa. Portanto, as interrelações e socializações futuras dependem destas referências vividas nos primeiros anos de vida. Assim, a díade mãe-criança representa as relações de contexto onde a criança começa a interpretar o mundo e que ganharão validade ecológica para suas relações futuras (desenvolvimento humano).

Evidenciamos, como Boff (1999), a concepção e o reconhecimento do cuidado como categoria essencial: “alimentamos a profunda convicção de que o cuidado, pelo fato de ser essencial, não pode ser suprimido nem descartado” (BOFF, 1999, p. 12). As manifestações das mulheres durante o grupo focal expressam o valor e concepção sobre o cuidado.

”- Quando se fala em cuidado se entende muita coisa, cuidado da saúde, cuidado uma da outra, cuidado pra fazer o que não pode, cuidado pra não ficar sem cabeça, já é um modo de cuidar”. (GF)

“- Cuidar significa cuidar dos filhos, amar, dar carinho, dar atenção, dar bons sentimentos, dar boa família”. (GF)

“- Cuidar pra mim significa ter companheirismo, cuidar da gente, ajudar a cuidar dos outros”.(GF)

“- Desde pequeno a gente precisa de cuidado, então eu acho que cuidar é proteger. Às vezes a gente pode descuidar de muita coisa, o cuidar é muito importante, porque se você não cuida pode levar a perda de uma pessoa”.(GF)

“- Cuidar significa dar carinho pros filhos, o mundo tá muito perigoso hoje em dia”.(GF)

“- Amar, respeitar, somente isso”.(GF)

Na concepção do cuidado, aparece a família como referência de origem e destino da atenção, dada a sua importância. Assim, ser cuidado traz a concepção de ser amado. Para Costa, cuidar é um ato consciente que pode ser aprendido, sendo este um dos maiores geradores de prazer que o mundo humano conhece. Portanto, cuidar adequadamente dos outros e de si mesmo pode ser o início de uma grande transformação, tanto do ponto de vista individual como do ponto de vista social (COSTA, 2002 p. 16), ultrapassando a

dimensão pontual da necessidade do outro, como expressa a fala das mulheres.

A concepção de cuidado apresentada por Gilligam (1990) mostra que o cuidado tem sido delegado, aprendido e praticado quase que exclusivamente por mulheres. A carga cultural de desvalorização de aspectos que envolvem o cuidado (emoções e sentimentos) faz com que seja delegado ao segundo plano, como explica Boff (1999, p. 19). “Menospreza-se a tradição de solidariedade. Faz-se pouco dos ideais de liberdade e de dignidade para todos os seres humanos”. A cultura da lógica de mercado e consumo valoriza números, materiais, lucro e, por isso, “a maioria dos habitantes sentem-se desenraizados culturalmente e alienados socialmente” (*op.cit.*).

Para as mulheres pesquisadas, o cuidado na infância, devido à pobreza e dificuldades financeiras, não previa ou considerava como importante o acompanhamento e orientações de um adulto, os limites e interferências na vida. Ser bem cuidada significou para duas delas “*fazer e ter tudo o que queria e dava vontade*” (GF), a defesa da mãe e do pai independentemente da atitude da filha, defesa como “*leoa*” para proteger a cria. A falta de limites, o “*mimo*”, é expresso em suas falas e são reforçadas por Costa (2002) quando enfatiza que aprendemos muito uns com os outros. A criança aprende com os adultos do seu convívio os valores fundamentais para sua existência. Assim sendo, crianças e adolescentes precisam de limites e de regras claras para pautar suas atitudes, precisam também de compreensão e de afeto, enquanto atividades molares em seus microssistemas de desenvolvimento humano.

Para Içami Tiba, “O leite é o alimento do corpo. O afeto é o alimento da alma. Criança sem alimento fica desnutrida. Criança sem afeto entra em depressão (TIBA,1996, p.25).” O referido autor afirma ainda que os delinquentes sociais são aquelas pessoas, crianças, adolescentes ou adultos que não tiveram limites dentro de casa, não houve nenhuma orientação ou proibição na família, sempre fizeram tudo o que quiseram e acabam por levar este comportamento para suas relações sociais fora de casa, dando-lhe validade ecológica. “Quando falha o grande controlador, que é a família representada na figura do pai, os abusos começam a acontecer. E quando um abuso é bem sucedido, ele se estende para o social, na delinquência, na compulsão pelas drogas (TIBA, 1996, p.43)”.

O papel controlador do pai reforça a representação que lhe cabe em nossa cultura social que, por sua ausência funcional, o cuidado dá lugar a vulnerabilidades. Neste sentido, uma das participantes, quando declara *“tive uma família boa, boa criação, boa educação [...] sempre fui bem rebelde [...] logo comecei com o uso de drogas”*(GF), evidencia a negação à norma social e expressa a rebeldia e o uso de drogas como naturais ou não fazendo parte dos cuidados.

Muitas das falas expressas no grupo focal reforçam o cuidado como parte do jogo das relações de gênero. A presença da mãe denota cuidado, *“infância boa”*; sua ausência e a proximidade da figura masculina, nos vários papéis sociais, marcam relações de abuso, de violências.

“- Tive uma infância boa, mas depois dos sete anos, eu sofri assédio do meu cunhado”.(C)

“- Tive uma infância boa e não tive, minha mãe saía de casa sempre [...] nisso meu tio tentava abusar sexualmente de mim [...] Eu tenho um trauma muito grande porque eu sofri vários abusos sexuais. [...] E meu irmão de primeiro abusou de mim”.(GF)

“- Minha família foi muito humilde, a minha infância foi muito sofrida, não pude estudar na idade certa”.(Q)

“- Eu tive uma infância bem complicada, muito difícil, muita pobreza, meu pai trabalhava, mas era um sem vergonha, vagabundo, alcoólatra [...] ele ia aos botecos e chegava dentro de casa batendo em todo mundo [...] Primeiro minha mãe, depois meu irmão mais velho, depois eu e aí o outro irmão mais novo e todo mundo caía na pancada”.(GF)

“- A gente só não passou fome porque Deus não permitiu e a minha mãe sempre ensinando o caminho do bem. Eu me lembro muito bem que quando era criança, eu e meu irmão mais velho, a gente fazia jardim pro vizinho, minha mãe fazia pães pra vender. Eu aprendi fazer unha bem novinha e foi complicado. Eu também tenho alguma revolta dentro de mim. Porque na minha cabeça eu creio que se o meu pai tivesse tido um outro comportamento com minha mãe, de repente não tinha acontecido tanta coisa na minha vida. Muita coisa aconteceu na minha vida antes da hora, eu amadureci rápido demais por causa da vida”.(GF)

Os depoimentos revelam a infância violada, a ausência de cuidados, a inexistência de um pai protetor, a figura masculina (pai, padrasto, irmão) como vitimizadora e a cultura da violência de gênero dando espaço para reforçar o trabalho infantil.

A situação de vulnerabilidade social a que foram submetidas estas mulheres em diferentes fases de suas vidas nem sempre lhes é consciente. Parece que se acostumaram com a falta de cuidados e justificam a forma como viveram com naturalidade. Apesar de todas as violações de direitos, aos seus olhos tiveram uma “*boa infância*”, negando-se a consciência que é papel dos pais e das mães, ou adultos cuidadores/as, o cuidado, o afeto, a orientação, a proteção, ensinar limites e normas de convívio social. Os papéis familiares têm sofrido nas relações bioecológicas uma atrofia significativa, principalmente na relação afetiva entre os pares (díades).

As díades/tríades pais/mães e filhos/as vão muito além da simples manifestação de amor e alimentação elas perpassam todas as necessidades da criança, abrangem tudo o que envolve o seu bem-estar físico, psíquico e emocional. Não basta aos pais/mães serem fisicamente presentes e afetuosos, é preciso que estejam cientes das tarefas de educar, impor limites, indicar o que é certo e errado, orientar para que possam seguir um caminho (DESSEN, 2005, *apud* D'ARÓZ, 2008). As histórias de cuidado das mulheres em privação de liberdade são permeadas por sofrimentos, ausências, violações, mas também de afetos, sonhos e idealizações, e nelas, as figuras materna e paterna apresentam-se como presenças e ausências carregadas de significados.

A criança é um agente em sua própria construção, mas um agente cuja ação se desenvolve em sistemas bioecológicos, em contextos de *praxis* sociais e históricas que incluem, tanto as submissões e potencialidades da natureza, como as ações e interações com o mundo. A construção sociocultural da infância e as mudanças históricas nessa construção tornam-se os fatores principais na constituição da infância, uma vez que o desenvolvimento humano avança para além da evolução biológica da espécie. A evolução cultural substitui os mecanismos biológicos de adaptação, e os traços da espécie, biologicamente constituídos, passam no decorrer da educação pelo desenvolvimento adicional que os leva para além do domínio biológico, para o da cultura e história humana. Desse modo, “a infância vira, com efeito, um fato cultural e histórico ou, na realidade, um artefato de feitura humana” (WARTOFSKY, 1999, p.97). Para Bronfenbrenner (2011), a infância é processo de desenvolvimento humano marcadamente construído nos microssistemas

pela interação entre os quatro componentes: pessoa, contexto, processo e tempo. Nesse paradigma, as transições ecológicas permitem à pessoa em desenvolvimento vivenciar diferentes contextos, mudar comportamentos e desenvolver resiliências. É nesta perspectiva que consideramos a escola prisional enquanto microssistema que permite às mulheres estudantes refletirem sobre a ética do cuidado e da justiça em suas vidas.

Estas mulheres encarceradas, sujeitos da pesquisa, mostram-se excluídas desde muito cedo da vida da sociedade, como expressam no grupo focal e nas demais formas de coleta de dados para a pesquisa; excluídas do cuidado materno e paterno, da infância em função do trabalho precoce, das relações de afeto pela violência doméstica, do prazer da vida pelo prazer da droga. As falas expressam como esta camada da população é vítima das mazelas sociais, se tornaram vítimas do capitalismo selvagem, contraditório e ambivalente que exclui uma significativa parcela da população, que não reconhece a responsabilidade dos adultos no cuidado com sua prole.

Observando as notícias e estatísticas apresentadas pela mídia em geral, percebemos o quanto cresceu a vulnerabilidade e o distanciamento das bases sociais. Conforme afirma RIBEIRO (2012), atualmente é alarmante o número de crianças e adolescentes em situação de risco, que estão vivendo o abandono social. São situações desoladoras que fazem parte da dinâmica capitalista e global que vivemos. A autora chama a atenção para os fatores de risco “a situação de desfiliação, criminalidade, abuso de substâncias psicoativas, pobreza e violência” que, partem do contexto em que vivem, “podem comprometer o desenvolvimento da criança” (p.47).

Interessante notar que nos relatos a respeito de cuidado relacionados à situações de vida, desde a infância até o momento de privação de liberdade em que se encontram, fruto da cultura de submissão e culpabilização que lhes foram inculcadas por serem mulheres (violência de gênero), ou por serem crianças e adolescentes (violência simbólica), as participantes, igualmente a outros grupos vulneráveis,

[...] trazem consigo uma bagagem enorme, onde provavelmente metade de suas experiências são de sofrimento, maus tratos, violação de direitos, dentre tantas outras. O que os deixam suscetíveis a novas formas de violência, a novas situações que nada contribuem para o seu pleno desenvolvimento (RIBEIRO, 2012, p.46).

Para Koller (2011), os fatores de proteção e os fatores de risco melhoram, pioram, interagindo entre si “[...] alteram a trajetória da pessoa, seja para produzir uma experiência estressora ou protetora em seus efeitos (p.105)”. Assim, percebemos que a autoestima, a sociabilidade e a autonomia, bem como as relações de afetividade e amizade do contexto dos microsistemas familiar e demais microsistemas onde a criança ou pessoa em desenvolvimento interage, funcionam como proteção ou risco para seu desenvolvimento integral, seja na sua trajetória infantil, seja ao longo de sua adolescência e idade adulta. São vivências como estas que ajudam a desenvolver resiliência, presente nas histórias de vida relatadas pelas mulheres estudantes participantes da pesquisa. Para Koller, resiliência é a “capacidade humana de superar as adversidades, resultante da interação permanente e do jogo de forças entre os fatores de risco e proteção [...] a partir do seu caráter histórico, multidimensional e processual (p.105)”.

Com base nos resultados da pesquisa, percebemos coerência entre a situação de vulnerabilidade, conflito e risco a que as mulheres estiveram submetidas e seu “desenvolvimento humano como resultado das interações das características constitucionais da pessoa e do ambiente na qual está” (KOLLER, 2011, p.106). No caso específico destas mulheres estudantes em privação de liberdade, o contexto social em que estiveram imersas em cronossistema representou fator de risco (conflito, violência e vulnerabilidade social), apresentando-as ao crime como oportunidade única ou fator ‘comum’ em seu mesossistema familiar e social.

Quanto à percepção do cuidado que receberam durante a infância, cinco delas declararam ter sido bem cuidadas; uma relatou ter passado muito tempo tendo que “se virar sozinha com sua irmã”, pois a mãe trabalhava o dia todo; três reconheceram terem tido uma infância sofrida e outra nada disse a respeito.

“- Minha infância também não foi boa, tive muita dificuldade, logo me envolvi com drogas e minha vida virou um inferno”.(GF)

Não podemos esquecer que é a partir do tipo de interação estabelecido entre pais/mães e filhos/as, ou entre os adultos cuidadores/criança que a criança desenvolverá sua autoestima. As expectativas e sentimentos dos

pais/mães em relação aos filhos/as, o papel que exercem é muito importante no tipo de personalidade futura dos filhos/as e no êxito escolar e profissional dos mesmos. Destas mulheres privadas de liberdade, percebe-se que seus pais/mães não tiveram expectativas em relação às suas vidas, havia uma inércia em relação à aceitação ou a rebeldia em relação aos ditames da sociedade. Então, a postura dos adultos nos espaços socioeconômico e cultural menos favorecidos é de se deixar levar pelo contexto, pela cultura local de violência, prostituição, gravidez precoce, dentre outros que também se fazem presentes em outros contextos sociais.

O cuidado com o povo, com os marginalizados e excluídos da sociedade se faz tão necessário quanto fundamental para a evolução da humanidade. O resgate da essência humana passa pelo cuidado. “O cuidado foi difamado como feminilização das práticas humanas, como empecilho à objetividade na compreensão e como obstáculo à eficácia (BOFF, 1999, p. 98)”.

As mulheres em privação de liberdade, estudantes e sujeitos desta pesquisa nos apresentaram a evidência de que não tiveram a oportunidade de desenvolvimento integral em sua infância. O desenvolvimento saudável deveria incluir condições de moradia, alimentação, educação, programas de lazer, cultura e profissionalização de adolescentes e jovens. Oferecer a possibilidade de desenvolvimento, inclusão social e a possibilidade de participação social efetiva (socialização), não somente pelos bastidores como é oferecida. Em nosso país, faltam políticas públicas e programas sociais destinados a promover o desenvolvimento humano saudável, mesmo fora do cárcere.

A realidade social brasileira ou das sociedades capitalistas¹ nos aponta a problemática complexa, invisibilizada nas relações de renda e consumo. Nela existe a tendência à expulsão do mundo econômico, excluindo antes do mundo político e social (direitos, desigualdade social, a falta de oportunidades para o trabalho) uma significativa parcela da população. A “nova exclusão social” que Nascimento (2000) apresenta fundamenta-se na relação entre grupos sociais distintos: uns que se tornam desnecessários economicamente, pois “perdem qualquer função produtiva, ou se inserem de forma marginal no processo produtivo, e passam a se constituir em um peso econômico para a sociedade

¹ A lógica capitalista da sociedade atual permite usar todos os meios para adquirir os bens; é o ter em detrimento do ser, a degradação de valores éticos e morais.

(dos que trabalham e/ou têm renda) e para os governos” (p.70), frente a outros que mantêm sua condição e capacidade produtiva e de consumo sem ameaças. As transformações nas representações sociais destes indivíduos impossibilitam a inserção econômica e social: “eles não são apenas objeto de discriminação social. Pouco a pouco, de forma homeopática, passam a ser percebidos como socialmente ameaçantes. Bandidos em potencial. Indivíduos perigosos”(op.cit.). A cultura brasileira se baseia na punição “prender todo aquele que descumpra qualquer regra, se constrói cadeias que tenham segurança e impeçam a fuga dos/as encarcerados/as”. Assim, “pouco se faz para que as práticas sociais antes do cárcere funcionem como medida preventiva de evitar que o cidadão seja preso” (JULIÃO, 2009, p. 16).

Percebemos que as mulheres chegam ao cárcere fragilizadas, carregam uma carga emocional cheia de dores e dificuldades, afetos feridos, resultado das vivências na família, na sua comunidade e cidade, motivo principal de sua privação de liberdade. Assim, tentam construir vínculos a todo custo, estabelecem acordos e relacionamentos com suas companheiras de cela, simulando os relacionamentos perdidos ou interrompidos, procuram estabelecer vínculos afetivos de companheirismo e solidariedade tentando abrandar a pena. Dividem as dificuldades e as saudades da família, constroem vínculo afetivo apegando-se umas às outras.

Gilligan (1990) afirma que na ética do cuidado está o exercício de muitas virtudes, incluindo a do amor, a da tolerância, compaixão, fidelidade, temperança e também a da generosidade. Ela considera a generosidade como um elemento importante da ética do cuidado: “a consciência de múltiplas verdades leva a uma relativização da igualdade no sentido da equidade e enseja uma ética da generosidade e do cuidado” (GILLIGAN, 1990, p.178).

As mulheres encarceradas são fruto de uma vida de violência, de privação de direitos, de dificuldades incalculáveis, que comprometem suas vidas e as vidas de seus/as filhos/as e de toda a comunidade por seguidas gerações.

São vidas impregnadas de múltiplas formas de violência que se expressam nas relações familiares e sociais pautadas pela violência física, psicológica, pelo tráfico e dependência de drogas, alcoolismo, criminalidade, trabalho infantil, vida nas ruas, abandono, enfim pelo desrespeito a direitos fundamentais da pessoa (STOLTZ; D'ARÓZ; GOIS, 2010, p.8).

3- Considerações finais

Investir em políticas públicas de melhorias dos contextos (comunidades) pra onde estas mulheres presas voltarão é de fundamental importância. Os investimentos no cárcere são necessários, não há como fugir disso, porém, de nada adiantará se ao voltarem a usufruir de sua liberdade, após o cárcere, continuarem a conviver com a dura realidade de violência e discriminação em sua casa, bairro ou cidade, com a falta de oportunidades e dificuldades de inserção e privação de direitos básicos fundamentais: saúde, educação, moradia, trabalho com remuneração justa, saneamento básico, aliado ao combate às fontes geradoras de violência e criminalidade globais pelos governos: combate ao tráfico de drogas e crime organizado.

Através deste estudo, chegamos ao perfil das dez mulheres participantes da pesquisa. Evidenciamos que as mulheres encarceradas são jovens com idades entre 24 e 43 anos, noventa por cento possui filhos/as, setenta por cento está separada e de alguma forma não conta com o apoio do pai de seus filhos/as, a maioria possui baixa escolaridade e profissionalização. A maior parte está presa devido a alguma forma de tráfico ou uso de drogas como elo da criminalidade, aliado ao furto, ao roubo ou ao homicídio (oitenta por cento das mulheres pesquisadas).

A situação de cuidado apresentada revela seus sentimentos e percepções acerca da infância, evidenciando terem vivido situações de maus tratos, abusos e abandono propiciados pelos adultos cuidadores/as e aí estão inclusas a escola e a sociedade. Nos papéis dos adultos cuidadores a que foram submetidas, está expressa a atrofia social e crise de valores no cuidado e educação propiciados às crianças e adolescentes.

Os riscos e situações de vulnerabilidade são encarados como naturais à postura dos adultos, é se deixar levar pelo contexto, pela cultura local, violência, prostituição, gravidez precoce, dentre outros. Há a aceitação pré-estabelecida de seguir aos determinantes da falta de expectativa de vida diferente, se reproduz a constância da realidade do contexto, de seu microsistema comunidade.

A fragilidade e precariedade que as mulheres apresentam ao chegarem ao cárcere abre a necessidade imperiosa à administração dos cuidados que deveriam ser estabelecidos no Sistema Penitenciário: os cuidados básicos específicos e fundamentais, desintoxicação, educação, orientação e profissionalização necessárias à mudança de paradigmas e transformação social. O espaço penitenciário deverá ser capaz de propiciar e estabelecer a oportunidade para criar novos sonhos para continuar a vida e romper com o ciclo da violência em que estão inseridas. Mas acima dela, a sociedade necessita de políticas públicas sérias que ofereçam oportunidades iguais a todos/as, quebrando o ciclo de garantias de privilégios e desigualdades.

A ética do cuidado implica, portanto, na superação da dominação dos sexos: o machismo de um lado e o feminismo excludente de outro. Exige inventar relações que propiciem manifestar as diferenças, propiciar a humanização do ser humano através da ética do cuidado. Assim, a ética do cuidado traduzida por cuidar da vida, cuidar do conjunto das relações, chegando ao estado de pessoas amadurecidas, autônomas, sábias e plenamente livres. Negar a essência do cuidado é tornar-se cruel consigo mesmo, é o embrutecimento das relações, a desumanização do ser humano, independente do gênero e independente dos muros e grades.

A educação abriga em si o potencial de transformação individual e social; o/a educador/a deve trabalhar com o resgate da identidade e autoestima do educando, e este será imprescindível para mobilizá-lo para a aprendizagem constante na prática pedagógica. A sensibilização e as questões morais e éticas permeiam a condição de educadores no espaço penitenciário.

A escola não pode se eximir de cuidar de seus/suas estudantes propiciando desenvolvimento integral. Se de alguma forma a criança ou adolescente deixar de frequentar seus bancos escolares e nada for feito para que ele/a retorne ou não a abandone, estaremos propiciando e compactuando com uma sociedade desigual, cruel e violenta.

Referências

AGUIAR, W. M. J; OZELLA, S. Núcleos de significação como instrumento para a apreensão da constituição dos sentidos. **Psicologia, Ciência e Profissão**. [online] 2006, v.26, n.2, p. 222-245. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pcp/v26n2/v26n2a06.pdf> Acesso em 14/10/2012.

- BOFF, Leonardo. **Saber Cuidar- ética do humano**. Petrópolis, Rj: Vozes, 1999.
- BRONFENBRENNER, Urie. **Bioecologia do desenvolvimento humano: tornando os seres humanos mais humanos**. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- COSTA, A. C. G. da. **Por uma pedagogia da presença**. Brasília, 2002.
- D'ARÓZ, M. S. **Concepções de cuidado familiar na visão de adolescentes abrigados, das suas famílias e de educadores de uma ong**. 216p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.
- FALCADE-PEREIRA, Ires Aparecida. **Ética do cuidado X ética da justiça: o olhar feminino de estudantes privadas de liberdade**. Dissertação de Mestrado. Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2013.
- GILLIGAN, Carol. **Uma voz diferente**. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1990.
- JULIÃO, Elionaldo Fernandes. **A ressocialização através do estudo e do trabalho no sistema penitenciário brasileiro**. Tese de doutorado. Rio de Janeiro:UERJ, 2009.
- KOLLER, Silvia. H. (org). **Ecologia do desenvolvimento humano: pesquisa e intervenção no Brasil**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004, 2011.
- NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. **Dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários**. In: BURSZTYN, Marcel (org.). No meio da rua – nômandes, excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2000. Cap.02, p. 56-87.
- RIBEIRO, Tammy. **Mães sociais, que profissão é essa?** 151p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.
- SPITZ, R. **O primeiro ano de vida**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- STOLTZ, T, D'ARÓZ, M. S & GOIS, F. F. **Mulheres buscando saídas no beco**. Curitiba: Instituto HSBC solidariedade, 2010.
- TIBA, Içami. **Disciplina: o limite na medida certa**. São Paulo: Editora Gente, 1996.
- WARTOFSKY, Marx. **A construção do mundo da criança e a construção da criança do mundo**. Filosofia e Infância. Vol III. P.89-128. Petrópolis: Vozes. 1999.